

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 084/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico RP n° 058/2023

Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

- **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS,** conforme mencionado no Anexo I, parte integrante deste edital.

- **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ:**

Dia 24/04/2023 às 9h.

- **ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:**

Dia 24/04/2023 às 9h01min.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas comerciais e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**

www.bbmnet.com.br

- **CONSULTAS E AQUISIÇÃO DO EDITAL:**

Pela internet, no site deste Município, no endereço eletrônico: www.lagoasanta.mg.gov.br, na página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas: www.bbmnet.com.br.

- **ESCLARECIMENTOS:**

Através do e-mail: licitacao@lagoasanta.mg.gov.br, no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br ou telefone: (31) 3688-1320. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 084/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico RP n° 058/2023

Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS, conforme mencionado no Anexo I, parte integrante deste edital.

ÍNDICE

1.	PREÂMBULO.....	4
2.	ÓRGÃO REQUISITANTE.....	4
3.	OBJETO.....	4
4.	CONSULTAS E AQUISIÇÃO DO EDITAL	5
5.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
6.	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME.....	6
7.	CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET	6
8.	PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA/LANCES.....	7
9.	PROPOSTA COMERCIAL.....	8
10.	ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES.....	9
11.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	10
12.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
13.	DA PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME e EPP.....	16
14.	IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E ESCLARECIMENTOS	19
15.	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	22
16.	ATA DE REGISTRO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO22	
18.	PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
19.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	24
20.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
	ANEXO I.1.....	27
	ANEXO I.2.....	31
	ANEXO I.3.....	50
	ANEXO II.....	52
	ANEXO III.....	54
	ANEXO IV.....	55

ANEXO V.....	56
ANEXO VII.....	75

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 084/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 058/2023

Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS, conforme mencionado no Anexo I, parte integrante deste edital.

1. PREÂMBULO

O Município de Lagoa Santa do Estado de Minas Gerais, através do pregoeiro e membros da equipe de apoio de licitação, nomeados pela Portaria nº 1.291, de 23 de setembro de 2022, com endereço na Av. Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2.500, Santos Dumont, Lagoa Santa, MG, CEP 33.230-103, CNPJ 73.357.469/0001-56, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 084/2023**, na modalidade de **Pregão Eletrônico RP nº 058/2023**, do **tipo menor preço / maior desconto em tabela**, conforme preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº 3.222, de 17 de novembro de 2011; Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013; Decreto Municipal nº 3.989, de 31 de março de 2020 e, subsidiariamente, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Toda a legislação supramencionada encontra-se à disposição na sala da Comissão de Licitações para consulta de quaisquer interessados.

1.1. Os trabalhos serão realizados em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro do Município de Lagoa Santa/MG, Sr. **Frederic Henrique Magalhães de Albuquerque**, auxiliado pelos demais membros que constituem a equipe de apoio, todos designados pela Portaria nº 1.291, de 23 de setembro de 2022, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br.

2. ÓRGÃO REQUISITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente pregão eletrônico o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS**, relacionados no Anexo I

que é parte integrante deste edital, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pela secretaria relacionada no item 2 do edital.

4. CONSULTAS E AQUISIÇÃO DO EDITAL

4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no endereço eletrônico deste Município: www.lagoasanta.mg.gov.br, isento de custos, podendo ainda ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, no horário de 12 às 18 horas, ao custo nos termos do Decreto Municipal nº 2.102, de 11 de abril de 2011 e do Código Tributário Municipal, a ser recolhido aos cofres públicos através de guia de arrecadação que será fornecida pelo Setor de Arrecadação das 12 às 18 horas, até o último dia útil que anteceder a data do certame e na página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br.

4.2. As empresas e/ou representantes que consultarem o instrumento convocatório via internet, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes a este processo no endereço eletrônico: www.lagoasanta.mg.gov.br, na página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas: www.bbmnet.com.br e as publicações no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e Jornal de Grande Circulação, com vista a possíveis alterações e avisos.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas de natureza jurídica compatível com o objeto licitado, que atendam a todas as condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

5.1.1 Nos itens de ampla participação, poderão participar os interessados que atendam aos requisitos do edital, **incluindo também as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

5.1.2 No procedimento licitatório, será permitida a participação de consórcio de empresas. Tal assertiva tem com o objetivo evitar restrições ao caráter competitivo da licitação e, assim, auferir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

5.2. **Não poderá participar da presente licitação empresa:**

5.2.1. Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com esta Administração Pública.

5.2.2. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo.

5.2.3. Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

5.2.4. Que tenha funcionário ou membro da Administração do Poder Executivo Municipal de Lagoa Santa/MG, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

5.2.5. Que não apresentar declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme exige o item 12.13.8.

5.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio.

6.1.2. Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame.

6.1.3. Abrir as propostas de preços.

6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas.

6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos.

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço.

6.1.7. Verificar a habilitação do proponente.

6.1.8. Declarar o vencedor.

6.1.9. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento.

6.1.10. Elaborar a ata da sessão.

6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

7. CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET

7.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no endereço eletrônico de licitações no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

7.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da Central de Atendimento aos Licitantes, por telefone, WhatsApp, *chat* ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br.

7.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento

da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 08 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br.

7.3. O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados por ele ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior implicará a desclassificação no momento da habilitação.

8. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTA/LANCES

8.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação":

8.1.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

8.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. Caso haja desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.4. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

8.5. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por

meio do endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento e também pela página: www.lagoasanta.mg.gov.br.

8.6. A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no subitem 7.1, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.7.1. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

8.7.2. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

9. PROPOSTA COMERCIAL

9.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.2. A proposta comercial terá validade de no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

9.3. Os itens ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste edital e termo de referência.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 02 (duas) casas decimais, preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com **VALOR TOTAL** do item.

9.4.1. Valor proposto deverá ser caracterizado por:

$$\text{VALOR (\$)} = (\text{Tabelas oficiais}) (\$) \times (1 + \text{BDI}(\%)) \times (1 - \text{Desconto}(\%))$$

Como base o valor das tabelas oficiais está disponibilizado no Anexo I.3 – Planilha Orçamentária de referência.

9.5. O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto no(s) local(is) determinado(s) e demais condições previstas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes da autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras do Município de Lagoa Santa, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

9.6. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, o licitante deverá preencher as informações do item 9 no campo “**FICHA TÉCNICA**” ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, **sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.**

9.6.1. Deverá ser apresentada a composição do BDI e encargos sociais, em conformidade com as resoluções do CNJ. Na planilha analítica de BDI deverão constar as composições de todos os custos unitários. **O documento não deve conter nenhuma identificação.** O BDI máximo aceitável será de 29%.

9.7. Caso a empresa seja ME ou EPP, deverá informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações.

9.8. As propostas **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE** (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, dentre outros), sob pena de desclassificação.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

10.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, as que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no termo de referência.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

10.9. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

10.9.1. Em regra, a disputa simultânea de item obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de item selecionados fora da ordem sequencial.

10.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, com assessoria da equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

10.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.16. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus

anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, e no parágrafo único do art. 26, do Decreto Municipal nº 3.989, de 31 de março de 2020.

11.1.1. Será considerada a melhor proposta aquela que apresentar maior desconto, representado pelo menor valor.

11.1.2. Para fins de determinação do desconto, será aplicado sobre o preço das tabelas o BDI do proponente e será calculado o desconto final ofertado, em percentual, que será o desconto ofertado para cada item.

$$Desconto(\%) = \left(1 - \frac{Proposta\ final(\$)}{Valor\ Tabela(\$) \times (1 + BDI)} \right) \times 100\%$$

11.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.5. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

11.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.9. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

11.10. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

11.11. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

12.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

12.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de

agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

12.9. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

12.10. **Habilitação Jurídica:**

12.10.1. Certificado de condição de Microempreendedor Individual.

12.10.2. Registro comercial, no caso de empresário individual.

12.10.3. Ato constitutivo (estatuto, contrato social ou certificado em vigor) e de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e sociedade simples, e quando for o caso, acompanhado de documento comprovando os seus administradores.

12.10.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devendo todos os documentos estar traduzidos para o vernáculo por tradutor oficial.

12.11. **Qualificação Econômico-Financeira:**

12.11.1. Certidão negativa de **FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data de emissão não anterior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

OBS: Nos casos em que a certidão estiver positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, a empresa deverá apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, devendo ainda, demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira como qualquer outro licitante.

12.11.2. Balanço Patrimonial e demonstração de resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira do licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.11.3. Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, por ter sido constituída a menos de 01 (um) ano, deverá apresentar, em substituição ao subitem anterior, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira, em atendimento ao disposto no art. 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.11.4. Para efeitos de comprovação da boa situação financeira do licitante, serão avaliadas as demonstrações de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Índice de Solvência Geral, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

A) Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$ILG = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

B) Índice de Solvência Geral (ISG) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$ISG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

C) Índice de Liquidez Corrente (ILC) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$ILC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

OBSERVAÇÃO: Nos índices acima manter as 02 (duas) casas decimais.

12.11.5. As fórmulas deverão estar aplicadas, preferencialmente, em memorial de cálculo, caso a empresa opte em apresentar o memorial de cálculo o mesmo deverá estar anexado ao balanço, e assinado pelo representante legal da empresa e/ou contador da empresa.

12.11.6. A empresa que apresentar resultado menor que 1.00 (um.zero.zero) em qualquer dos índices referidos no subitem 12.12.4 deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.11.7. As empresas classificadas no regime de tributação Simples Nacional, devidamente enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) estão dispensadas de apresentar a documentação relativa ao subitem 12.12.2 e seus subitens, devendo apresentar, em substituição, a cópia do balanço e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) remetido ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e à Junta Comercial, com o comprovante de entrega.

12.11.8. O Microempreendedor Individual – MEI também está dispensado de apresentar a documentação relativa ao subitem 12.12.2 e seus subitens, devendo apresentar, em substituição, a Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício.

12.12. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, atualizada.

12.12.2. Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (endereço eletrônico: consulta-crf.caixa.gov.br/).

12.12.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao).

12.12.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrange inclusive as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

12.12.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante: Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

12.12.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante: Certidão Negativa de Débitos Municipais.

12.12.7. Declaração do licitante demonstrando a regularidade no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e para fins do disposto no art. 1º, da Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, combinado com o art. 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002 e no objetivo de cumprir a exigência do inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme modelo sugerido no **ANEXO III**.

12.12.8. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º, deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49, da lei citada deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP e comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de uma declaração, conforme **ANEXO IV**.

12.12.8.1. O licitante que não possuir os pressupostos legais para estar enquadrado como ME ou EPP na data da licitação e se beneficiar do tratamento diferenciado, mesmo possuindo os documentos acima indicados, ficará sujeito às sanções legais, considerando que o desenquadramento é um ato declaratório da própria empresa, e que ele estará descumprindo o art. 3º, §9º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.12.9. As empresas cadastradas no Município poderão apresentar o Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pelo Município de Lagoa Santa, em substituição dos Documentos de Habilitação, solicitados nos subitens 12.11 a 12.13.

12.13. Regularidade Técnica:

12.13.1. Documentos técnicos conforme subitem 14 do Anexo I.2 - Termo de Referência.

12.14. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

12.15. A aceitação dos documentos obtidos via internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela equipe de apoio do pregão.

12.16. Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua expedição.

12.17. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

12.18. Os documentos exigidos para habilitação, conforme o estabelecido neste título, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

12.19. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante.

12.20. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

12.21. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará a inabilitação do licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME e EPP

13.1. Nos termos dos artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 30, da Lei Municipal nº 3.222, de 17 de novembro de 2011, a MEI, ME e EPP deverá apresentar toda a documentação exigida no edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal:

a) Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de MEI, ME e EPP;

a.1. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

b) Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º, e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b.1. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelos microempreendedores individuais, pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como MEI, ME e EPP;

b.2. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de MEI, ME e EPP. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma do item 13 do edital.

c) Visando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, fica estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do art. 48, inciso III, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

1. A manifestação deverá ocorrer em campo próprio do sistema. Somente poderá exercer o direito a prioridade, fornecedores com sede no município de Lagoa Santa/MG. Caso seja identificado uso indevido da prioridade, o licitante será desclassificado.

d) Caso ocorra a situação de empate descrita no item 13, subitem b.1, o pregoeiro convocará o representante da MEI, ME e EPP mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de 05 (cinco) minutos;

e) Caso o licitante convocado não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, demais MEI, ME e EPP(s) que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 13, subitem b.1, deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta;

f) A MEI, ME e EPP que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do item na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 12.3 deste edital;

g) O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos;

h) Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como MEI, ME e EPP seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula;

i) Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a do próximo licitante não enquadrado como MEI, ME e EPP observado o previsto no item 13 subitem b.1;

- j) No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a MEI, ME e EPP, o pregoeiro o fará através do *chat*;
- k) A partir da convocação de que trata o item 13, alínea “e”, a MEI, ME e EPP terá **05 (cinco) minutos** para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do *chat*, sob pena de preclusão de seu direito;
- l) Caso a MEI, ME e EPP exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no *chat*, conforme estabelece item 13 alínea “d” deste edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços;
- m) O julgamento da habilitação da MEI, ME e EPP obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica;
- n) Havendo alguma restrição com relação à **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado a MEI, ME e EPP o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- o) Nos termos do § 2º, do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de setembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, a não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea “n”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no presente edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.2 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme **ANEXO II**, no prazo de **03 (três) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro via sistema eletrônico ou por e-mail e deverá:

14.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 **Manter distribuição linear/proporcional para cada um dos itens dos descontos ofertados para os lotes.**

14.3.1 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada ao fornecimento do objeto especificado.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, nos termos do art. 5º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

15.1. Impugnações aos termos do edital poderão ser interpostas por qualquer licitante, no prazo de até **03 (três) dias** úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidas ao pregoeiro do Município de Lagoa Santa, devendo ser entregues no Setor de Licitação do Município de Lagoa Santa, situado na Av. Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2.500, Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, onde será emitido comprovante de recebimento, poderão utilizar campo próprio disponibilizado no sistema: www.bbmnet.com.br, ou ainda encaminhados via e-mail (licitacao@lagoasanta.mg.gov.br), no horário de 08h as 17h, onde será confirmado o recebimento via e-mail.

15.2. Caberá ao pregoeiro, com auxílio dos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

15.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.4. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via e-mail (licitacao@lagoasanta.mg.gov.br).

15.4.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

15.7. Para impugnação do edital, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração), bem como que identifiquem suas alegações.

15.8. Deverão ser entregues junto ao pedido de impugnação os seguintes documentos originais, ou cópia simples devidamente acompanhada do original para conferência pelo pregoeiro ou equipe de apoio:

15.8.1. Ato constitutivo (estatuto, contrato social ou certificado em vigor) e de todas as suas alterações.

15.8.2. Cópia do documento de identidade.

15.8.3. Procuração por instrumento público ou particular, outorgando poderes para representar o licitante perante a Administração Pública Municipal.

15.9. **Dos Recursos:**

15.9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recurso, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.9.2. A manifestação de recurso deverá ser realizada em campo específico da plataforma, sob pena de não conhecimento.

15.9.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recurso, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.9.3.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.9.4. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br: opção **RECURSO**.

15.9.5. A falta de interposição de recurso (imediate e motivada) implicará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao

vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

15.9.6. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três)** dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

15.9.9. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9.10. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

15.9.11. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.10. Da Reabertura da Sessão Pública:

15.10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.11. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.11.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.11.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do fornecedor no sistema no endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A adjudicação do objeto licitado será feita por **menor preço / maior desconto em tabela**.

16.1. Inexistindo declaração recursal, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

16.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente ao mesmo tempo, adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16. ATA DE REGISTRO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

16.1. A ata de registro de preços será válida pelo período de 12 (doze) meses, conforme art. 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2. No caso do sistema de registro de preços ou por entregas parceladas, será prioritária a aquisição dos itens das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, conforme § 5º, do art. 6º, do Decreto Municipal nº 4.329, de 15 de julho de 2021.

17.2.1. Caso a vencedora da cota reservada descumpra com as condições editalícias estará sujeita à perda da contratação prioritária, além da possibilidade de aplicação das demais sanções previstas em Lei, observado o devido processo legal.

17.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme previsto no art. 21, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, com redação alterada pelo Decreto Municipal nº 3.677, de 01 de outubro de 2018.

17.3. Após a homologação do processo licitatório, o(s) ganhador(es), através do(s) representante(s) legal(is), será(ao) convocado(s), por meio eletrônico, para a assinatura da ata de registro de preços, a qual será dado o prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do recebimento do ato convocatório.

17.3.1. Quando o fornecedor não atender à convocação para firmar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificar os motivos para a Administração ou apresentar justificativa não aceita pela mesma, poderá esta convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, por lote único, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.4. De acordo com as disposições do art. 9º, do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

17.4.1. A apresentação de novas propostas na forma do *caput* não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.4.2. Em consonância com o art. 10, do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

17.4.3. Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.4.3.1. O preço ficará disponibilizado durante a vigência da ata de preços no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

17.4.3.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

17.4.3.3. O registro a que se refere o *caput* tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 19 e 20, do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013.

17.4.3.4. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva.

II - Os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

17.4.3.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do subitem anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.5. Deverão ser observadas e cumpridas todas as formas e condições de entrega dos produtos, constantes no Anexo I – Especificação do Objeto – Termo de Referência, deste edital.

17.6. Tendo em vista a necessidade de adequação dos pagamentos de fornecedores do Município às disposições do Sistema de Pagamento Eletrônico de Empenhos - OBN, no momento da assinatura do instrumento contratual o licitante vencedor deverá protocolar junto ao Setor de Contratos, declaração de conta bancária, conforme modelo constante no Anexo VII deste edital. A referida declaração fará parte integrante dos autos do processo.

18. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As dotações orçamentárias para o exercício de 2023, destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo pela área competente do Município de Lagoa Santa, sob os seguintes números:

Ficha	Dotação
349	02.04.05.15.451.0028.1013.3.3.90.39.00

18.2. As partes das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2023 correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

18.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante, após a devida comprovação da entrega dos produtos.

18.4. Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.

18.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

18.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O não cumprimento do constante neste edital e seus anexos, bem como a inexecução total ou parcial do contrato estarão sujeitos às penalidades previstas **nas cláusulas 29ª, 30ª e 31ª da ata de registro de preços (Anexo V)**, no art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no art. 17, do Decreto Municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

20.1.1. Anexo I.1 – Especificação do Objeto.

20.1.2. Anexo I.2 - Termo de Referência.

20.1.3. Anexo II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final para Prestação do Serviço/Fornecimento.

20.1.4. Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho.

20.1.5. Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de pequeno Porte.

20.1.6. Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço.

20.1.7. Anexo VI – Minuta de Contrato.

20.1.8. Anexo VII – Declaração de Conta Bancária.

20.2. O licitante é responsável pela veracidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.3. Este instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

20.4. A apresentação da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital. O licitante ainda será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no pregão eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

20.5. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original se for substituído por cópia autenticada pelo pregoeiro ou equipe de apoio.

20.6. Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

20.7. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.8. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original, sendo possível, ainda, a autenticação das cópias simples que deverão estar obrigatoriamente, acompanhadas dos documentos originais para conferência do pregoeiro ou equipe de apoio.

20.9. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

20.10. É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, a respectiva finalidade

específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

20.11. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.12. As decisões do pregoeiro serão publicadas no Jornal "Diário Oficial dos Municípios Mineiros", quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, divulgadas nos endereços eletrônicos: www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnet.com.br.

20.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio, representantes técnicos e pelos licitantes.

20.14. A presente licitação não implica, necessariamente, contratação, podendo o Município de Lagoa Santa revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

20.15. O Município de Lagoa Santa poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

20.16. Para atender a seus interesses, o Município de Lagoa Santa reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.17. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do e-mail: licitacao@lagoasanta.mg.gov.br, pelo endereço eletrônico: www.bbmnet.com.br, e/ou via telefone: (31) 3688-1320.

20.18. Fica eleito o foro da Comarca de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Lagoa Santa, em 21 de março de 2023.

Edital elaborado por servidor(a) do Setor de Licitação, em consonância à minuta padrão e ao termo de referência elaborado pela Secretaria Solicitante.

**Daniel Alves Vilela
Setor de Licitações**

Cientificado das condições da licitação:

**Frederic Henrique Magalhães de Albuquerque
Pregoeiro**

ANEXO I.1
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Processo Licitatório nº 084/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 058/2023

Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

1.1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS.

ITEM	QTD	UN	NOME
1	1	SV	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA REFERENTE AS TABELAS SUDECAP E SETOP PARA:</p> <p>a) Elaboração de Estudos Preliminares e Ambientais, Projetos Básicos e Executivos, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária de custos, Memorial Descritivo e Memória de Cálculos para Edificações Públicas de reforma, ampliação, obra nova para o Município de Lagoa Santa;</p> <p>b) Elaboração de Estudos Preliminares e Ambientais, Projetos Básicos e Executivos, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária de custos, Memorial Descritivo e Memória de Cálculos para reforma, recuperação, recapeamento, ampliação e obra nova de Infraestrutura Viária, Urbana e Obras de Artes Especiais para o Município de Lagoa Santa;</p> <p>c) Elaboração de Vistoria Técnica para análise, diagnóstico, perícia, vistoria ou investigação das edificações e infraestruturas viárias, urbanas e de obras de artes especiais do município de Lagoa Santa;</p> <p>d) Elaboração de serviços de Levantamento de Dados Preliminares, Levantamento Planialtimétrico, Aerofotogramétrico e Sondagens;</p> <p>e) Demais itens previstos na relação que acompanha esse TR. Contemplando:</p> <p>CONSULTORIA - EQUIPE - PESSOAL</p> <p>SUDECAP - Engenheiro Consultor Especial - 440 H</p> <p>SUDECAP - Engenheiro/Arquiteto Consultor - 880 H</p>

		<p>SUDECAP - Engenheiro/Arquiteto Coordenador - 880 H</p> <p>SUDECAP - Engenheiro/Arquiteto Sênior - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Engenheiro/Arquiteto Junior -1100 H</p> <p>SUDECAP - Projetista Sênior - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Projetista Junior - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Projetista Cadista - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Técnico Sênior - 1920 H</p> <p>SUDECAP - Técnico Junior - 1320 H</p> <p>SUDECAP - Desenhista Projetista - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Desenhista Técnico - 1100 H</p> <p>SUDECAP - Topógrafo Sênior - 1920 H</p> <p>SUDECAP - Nivelador - 1920 H</p> <p>SUDECAP - Baliza - 1920 H</p> <p>SUDECAP - Ajudante de Topografia - 1920 H</p> <p>SUDECAP - Laboratorista Sênior - 880 H</p> <p>SUDECAP - Laboratorista Junior - 880 H</p> <p>SUDECAP - Motorista - 1920 H</p> <p>TRANSPORTE - DIÁRIA</p> <p>SETOP - Veículo Tipo Gol 1.6, 4P ou similar s/motorista - 27.000 - KM</p> <p>SETOP - Veículo Tipo Kombi ou similar s/motorista - 27.000 - KM</p> <p>SETOP - Deslocamento Intermunicipal - 72.000 - KM</p> <p>ANTEPROJETOS E PROJETOS</p> <p>SUDECAP - Projeto Arquitetônico - Executivo - 100 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Terraplenagem (Planta) - 30 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Terraplenagem (Seções) - 50 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto de Terraplenagem - Infraestrutura Urbana</p>
--	--	--

		<p>- 40 - KM</p> <p>SETOP - Projeto de Drenagem Pluvial - 100 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto de Drenagem - Infraestrutura Urbana - 30 - KM</p> <p>SUDECAP - Projeto Geométrico de Contenção - Edificação - 20 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto Geométrico - Infraestrutura Urbana - 30 - KM</p> <p>SETOP - Projeto de Estrutura de Concreto - 120 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto Estrutural de Contenção / Canal - 30 - A1</p> <p>SETOP - Projeto Elétrico - 175 - A1</p> <p>SETOP - Projeto Elétrico/Sonorização/Alarme/CFTV - 50 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto Elétrico/Telefonia/Lógica - 75 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Cabeamento Estruturado - 75 - A1</p> <p>SETOP - Projeto Hidráulico / Sanitário - 125 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio - 125 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto de Comunicação Visual - 50 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - 125 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Ar Condicionado - 50 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de Gases Medicinais - 20 - A1</p> <p>SETOP - Projeto de GLP - 20 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto de Pavimentação - Via Local - 75 - KM</p> <p>SUDECAP - Projeto de Pavimentação - Via Coletora e Primária - 50 - KM</p> <p>SUDECAP - Projeto de Sinalização / Desvio - 75 - KM</p> <p>SETOP - Projeto de Estrutura Metálica - 75 - A1</p> <p>SUDECAP - Projeto de Obras Artes Especiais - Pontes, Viadutos, etc. - 20 - A1</p>
--	--	--

		<p>SETOP - Anteprojeto de Edificação - área < 600 m² - 20 - UN</p> <p>SETOP - Anteprojeto de Edificação - 600 m² < área < 1.500 m² - 20 - UN</p> <p>SETOP - Anteprojeto de Edificação - área > 1.500 m² - 20 - UN</p> <p>LEVANTAMENTOS E SONDAgens</p> <p>SUDECAP - Levantamento Planialtimétrico Cadastral =10.000 m² - inclusive desenho - 100.000 - M²</p> <p>SETOP - Mobilização, Instalação e Desmobilização Sondagem Percussão 2 1/2 - 75 - UN</p> <p>SETOP - Perfuração Sondagem Percussão 2 1/2 - 4000 - M</p> <p>SETOP - Desmontagem, Transporte e Montagem de Equipamentos por Furo - 600 - UN</p> <p>SETOP - Mobilização - Sondagem à Trado D= 20 CM - 75 - UN</p> <p>SETOP - Perfuração - Sondagem à Trado D= 20 CM - 600 - M</p>
--	--	--

ANEXO I.2

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA REFERENTE AS TABELAS SUDECAP E SETOP PARA:

- a) Elaboração de Estudos Preliminares e Ambientais, Projetos Básicos e Executivos, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária de custos, Memorial Descritivo e Memória de Cálculos para Edificações Públicas de reforma, ampliação, obra nova para o Município de Lagoa Santa;
- b) Elaboração de Estudos Preliminares e Ambientais, Projetos Básicos e Executivos, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária de custos, Memorial Descritivo e Memória de Cálculos para reforma, recuperação, recapeamento, ampliação e obra nova de Infraestrutura Viária, Urbana e Obras de Artes Especiais para o Município de Lagoa Santa;
- c) Elaboração de Vistoria Técnica para análise, diagnóstico, perícia, vistoria ou investigação das edificações e infraestruturas viárias, urbanas e de obras de artes especiais do município de Lagoa Santa;
- d) Elaboração de serviços de Levantamento de Dados Preliminares, Levantamento Planialtimétrico, Aerofotogramétrico e Sondagens;
- e) Demais itens previstos na relação que acompanha esse TR.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - O município de Lagoa Santa tem uma área territorial de 229.409 km² com população estimada de 66.744 pessoas.

2.2 - A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa detectou a necessidade de modernização das áreas de lazer e recreativa do município para que elas sejam ambientes de convivência social, áreas turísticas gerando bem-estar, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Diante do grave problema de saúde que a sociedade brasileira viveu, contribuir para a socialização dos cidadãos do município, criando áreas agradáveis, de comodidade e conforto se tornou uma das prioridades do município.

2.3 - Lagoa Santa possui escolarização de 97% entre jovens de 06 a 14 anos. Pensando no futuro educacional e esportivo municipal, a Prefeitura vem buscando capacitar seus estabelecimentos de educação em conformidade com os programas federais de educação e esporte. Diante disso, o município necessita modernizar às estruturas de esporte educacional, bem como reformas, melhorias e ampliações estruturais, capacitando e qualificando o município no âmbito desportivo e educacional.

2.4 - Diante do perigo constante de superlotação de leitos hospitalares, em consequência da pandemia do covid-19, o município necessita, com urgência, da ampliação dos estabelecimentos de atendimento básico, hospitalar e clínico, para que

o município possa comportar não só os casos referentes ao covid-19, mas outras necessidades de saúde.

2.5 - A Prefeitura buscando melhorar a infraestrutura e segurança viária do cidadão de Lagoa Santa há uma necessidade de modernizar e ampliar a urbanização municipal com a finalidade de qualificar a vida do cidadão e buscar investimentos para o município. Além disso, devido aos últimos anos na região, as chuvas torrenciais contribuíram para várias situações de alagamento, o município busca qualificar sua infraestrutura viária e urbana, para que o cidadão de Lagoa Santa não tenha prejuízos patrimoniais e nem o município prejuízos estruturais.

2.6 - O Critério para a Contratação dos Projetos em lote único foi estabelecido em função da economia de escala, considerando a média complexidade, do ponto de vista de atributos de projeto. Corroborando com tal afirmativa, a sua similaridade de concepção e atributos técnicos.

2.7 - Pelo exposto, a licitação em lote único, para a elaboração dos respectivos serviços, deverá conferir maior vantajosidade para a administração pública tanto do ponto de vista financeiro quanto de prazo, além de facilitar o esforço de trabalho no que diz respeito à fiscalização do objeto único estando em conformidade com o estabelecido pelo art. 23, § 1º, da lei 8.666/93.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, que constituirá um profissional habilitado para avaliar os documentos produzidos. Será designado um ou mais profissionais com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, responsável(is) pelo acompanhamento e Fiscalização do objeto deste Termo de Referência/Projeto Básico, providenciando das Anotações de Responsabilidade Técnicas de Serviços perante seus respectivos Conselhos Profissionais.

3.2 - Os documentos produzidos em cada etapa do Projeto serão submetidos à avaliação, que emitirá parecer técnico aprovando ou não a etapa correspondente. Em caso de parecer favorável, a Contratada será autorizada a iniciar os trabalhos da etapa subsequente.

3.3. - As reuniões serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

3.4 - Qualquer subcontratação, cessão ou transferência parcial dos direitos decorrentes deste processo de contratação deverá ser comunicada previamente à Contratante sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

3.5 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a

supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.6 - A Contratada deverá providenciar junto ao CREA e ao CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes a cada um dos Projetos específicos e atividades técnicas objeto deste Termo de Referência, e entregar a Contratante devidamente quitadas, em até 10 (dez) dias úteis após emissão da OS.

3.7 - A Contratada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços, incluindo o pagamento de todas as taxas referente a aprovações diversas na Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias, entre outros.

3.8 - Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com o Contratante, via Fiscalização, antes da execução dos serviços correspondentes.

3.9 - Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.

3.10 - Os trâmites para a aprovação dos Projetos junto aos órgãos oficiais e às concessionárias de serviços serão de responsabilidade da Contratada, através dos autores dos Projetos.

4. DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. COORDENAÇÃO TÉCNICA

4.11 - Consiste na coordenação técnica de todas as equipes envolvidas: projetos, estudos, gerenciamento, supervisão, fiscalização, vistorias, laudos, orçamento.

4.1.2 - A coordenação técnica será o gestor dos trabalhos a serem entregues durante as fases estipuladas no cronograma apresentado pelo órgão competente.

a. Apoio e auxílio na tomada de decisões e definição dos melhores escopos definidos com a Prefeitura;

b. Elaboração de técnicas e processos de projetos pertinentes às várias disciplinas envolvidas (trabalhos simultâneos e contínuos);

c. Conhecimento sobre tecnologia construtiva em curso e inovações tecnológicas em edificações;

d. Conhecimento sobre técnicas de planejamento, programação e controle de projetos;

e. Conhecimento sobre informática e coordenação da informação (softwares e tabulações – Excel e Project);

f. Interlocução entre contratado e contratante (habilidades de conhecimento humano), ou seja, habilitação em técnicas de relacionamento para melhor andamento contratual;

g. Coordenação de mudanças organizacionais, soluções de conflitos, habilitação para negociação, percepção e habilidade de colaboração;

h. Gestão em contratos e recursos, reuniões e respectivas atas.

4.2. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

4.2.1. Projeto de Edificações (Centros Esportivos, Creches, Escolas, Postos de Saúde, Unidades administrativas, Centros Culturais , Habitação, Praças e outros).

4.2.2. Os projetos deverão ser subsidiados por todos os estudos e soluções técnicas necessárias para a construção da edificação de forma a prover da maior economicidade possível a solução a ser apresentada, levando em condições os aspectos ambientais, de conforto, comodidade e manutenção.

4.2.3. Salienta-se que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aprovação, quando exigido, dos projetos complementares junto a outros órgãos, como Cemig, Corpo de Bombeiros, etc.

4.2.4. Os projetos arquitetônicos quando desenvolvidos pela CONTRATADA deverão seguir todas as legislações municipais vigentes.

4.2.5. Serão necessários o desenvolvimento de projetos para ampliação, reforma, adequação, modernização das edificações públicas existentes municipais devido ao crescimento populacional e aumento das demandas de infraestrutura urbana e rural. O desenvolvimento dos serviços será por meio das instruções e manuais de projetos oficiais e em conformidade com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.2.6. Os projetos referentes às edificações públicas que deverão ser elaborados são, no mínimo:

a. Inspeção, perícia e diagnóstico das edificações públicas existentes com apresentação de laudos e vistorias a respeito das possíveis anomalias e lançar as soluções para cada caso específico.

b. Levantamentos Planialtimétricos e planimétricos cadastrais, levantamento aerofotogramétrico, batimetria e georreferenciamento. Levantamentos hidrográficos e topografia subterrânea.

c. Estudos de Impacto de Vizinhança;

d. Elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos de arquitetura, paisagismo, urbanismo, acessibilidade, comunicação visual, terraplenagem, fundação, estrutura de concreto, estrutura mista, estrutura metálica, drenagem, prevenção e combate a incêndio, instalações sanitárias e hidráulicas, instalações elétricas, voz e dados, lógica e telefonia, alarme, CFTV, SPDA, sonorização e acústica, cabeamento estruturado, aquecimento solar, climatização, ventilação e exaustão, elevadores (quando necessários), gás medicinal e GLP;

e. Critérios de medição (Sondagem) e investigações geotécnicas.

- f. Estudos de viabilidade e estudos e relatórios ambientais.
- g. Planilhas orçamentárias, pranchas, memórias de cálculo e memoriais descritivos, especificações técnicas e caderno de encargos;

4.2.7. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, está buscando realizar a expansão e reestruturação das vias urbanas municipais e infraestrutura urbana, destinando recurso para as regiões mais precárias de infraestrutura.

4.2.8. Para garantir uma adaptação ordenada e consciente da infraestrutura urbana do município ao crescimento populacional, é necessário a elaboração de projetos de pavimentação e seus complementares, realizando estudos e orientações técnicas de viabilidade das novas implantações.

4.2.9. O desenvolvimento dos serviços será por meio das instruções e manuais de projetos oficiais e em conformidade com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.2.10. Os projetos e demais serviços referentes a infraestrutura viária e que deverão ser elaborados são, no mínimo:

- a. Diagnóstico, inspeção e perícia por meio de vistoria e pareceres sobre avaliação atual das vias municipais para identificação no qual deverão ser elaborados restauração e reabilitação das vias ou quando deverão ser implantados nos pavimentos.
- b. Avaliação estrutural, identificação de anomalias e apresentação de soluções para as obras de artes especiais dos municípios consorciados;
- c. Elaboração de estudos de tráfego, geológicos e geotécnicos, hidrológicos, topográficos e de traçado;
- d. Elaboração de anteprojetos (quando necessário), projetos básicos e executivos de arquitetura, urbanismo, estrutura de concreto, fundação, geométrico, de terraplenagem, drenagem, pavimentação, canalização (quando necessário), iluminação pública, cabeamento estruturado e telefonia, de obras de arte especial, de sinalização, paisagismo, desapropriação, remoção, de canteiro de obras e de contenção;
- e. Levantamentos Planialtimétricos e planimétricos cadastrais, levantamento aerofotogramétrico, batimetria e georreferenciamento. Levantamentos hidrográficos e topografia subterrânea;
- f. Critérios de medição (Sondagem) e investigações geotécnicas;
- g. Estudos de viabilidade e estudos e relatórios ambientais;
- h. Coleta e análise dos efluentes, projeto de tratamento, coleta e rede de esgoto, planos e projetos de macrodrenagem, estações de tratamento, planos de saneamento básico, sistemas de abastecimento de água, adutoras e estações elevatórias, esgotamento sanitário;
- i. Planilhas orçamentárias, pranchas, memórias de cálculo e memoriais descritivos.

5. ETAPAS DOS PROJETOS

O desenvolvimento dos projetos relacionados acima se dará em etapas, conforme descrito a seguir:

5.1- LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL

5.1.1- Será iniciado após a emissão da Ordem de Serviço e visita ao local do empreendimento, acompanhada pelo responsável pelo projeto, indicado pela CONTRATADA e de outros representantes do Município de Lagoa Santa - MG juntamente com toda a equipe que elaborará os projetos.

5.1.2- Os Levantamentos Topográficos deverão ser apresentados de maneira a abranger somente a área objeto de trabalho, planialtimetricamente e por aerofotogrametria.

5.1.3- A delimitação do perímetro da área de topografia levantada e/ou estudada pela CONTRATADA, será avaliada e aprovada por profissional do Município de Lagoa Santa – MG responsável pela sua fiscalização nas etapas de Levantamento Topográfico e Anteprojeto.

5.1.4- O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.2- ESTUDO HIDROLÓGICO

5.2.1- Será iniciado após a emissão da Ordem de Serviço e deverá ser apresentado quando da entrega do anteprojeto.

5.2.2- O Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral e o Estudo Hidrológico deverão ser entregues conforme detalhado no "Procedimento Padrão para Elaboração de Projetos de Infraestrutura e Edificações" da SUDECAP/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, de acordo com os serviços especificados do Termo de Referência.

5.2.3- O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.3- ESTUDOS GEOTÉCNICOS

5.3.1- Os Estudos Geotécnicos se caracterizam pela realização de plano de sondagem a ser aprovado pela Supervisão do Município de Lagoa Santa - MG, mobilização, perfuração e relatório de sondagem a trado e a percussão, além da elaboração de um Laudo Geológico/Geotécnico por um consultor em geotecnia para as áreas de risco, de preservação, tratamento de encostas.

5.3.2- Nestes casos, o Laudo Geológico/Geotécnico deverá ser apresentado juntamente com o anteprojeto e subsidiado pelas sondagens necessárias. Para os outros projetos o plano de sondagem deverá ser apresentado após a aprovação do Anteprojeto conforme descrito na sequência.

5.3.3- O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.4- ANTEPROJETO

5.4.1- Somente após a entrega do Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral conforme Cronograma Físico-Financeiro detalhado, a CONTRATADA poderá iniciar a elaboração dos Anteprojetos.

5.4.2- Será realizada reunião para definição de diretrizes para que a CONTRATADA possa dar início à elaboração do Anteprojeto. A ausência de qualquer um dos profissionais da CONTRATADA impedirá a realização das reuniões e a etapa será considerada não iniciada por inadimplência da mesma.

5.4.3- Durante a elaboração dos Anteprojetos deverão ser analisadas e compatibilizadas as soluções propostas com todas as interferências das redes de utilidade pública, além das definições legais e as diretrizes estabelecidas pelos estudos ambientais, concepção esta que subsidiará as etapas de Projeto Básico e Executivo.

5.4.4- Com base no Anteprojeto, cabe à CONTRATADA apresentar uma Planilha de Orçamento Preliminar, para execução da Obra futura (BDI incluso e percentual explicitado).

5.4.5- Independentemente de solicitação da Supervisão da CONTRATANTE, caso a CONTRATADA venha a apresentar orçamento considerado elevado para os padrões praticados pela MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - MG/MG, esgotadas as alternativas, ela deverá juntar ao Anteprojeto um "Relatório Justificativo" detalhado e consubstanciado, relacionando os motivos dos custos.

5.4.6- Nesta etapa deverão ser apresentados os serviços e/ou projetos abaixo relacionados e detalhados na Planilha Contratual:

- a. Levantamento Planialtimétrico Cadastral;
- b. Estudo Hidrológico;
- c. Anteprojeto completo de Infraestrutura e Áreas de Reassentamento / Equipamentos;
- d. Plano de Sondagens à Trado e Percussão;
- e. Planilha de Orçamento Preliminar;
- f. Memorial Descritivo da Proposta.

5.4.7- A apresentação do Anteprojeto será realizada na reunião para recebimento dos serviços e/ou projetos. Todos os serviços e/ou anteprojetos deverão ser entregues concomitantemente, devidamente compatibilizados entre si, assinados e carimbados pelo responsável técnico e pelos projetistas específicos da CONTRATADA.

5.4.8- A falta de um ou mais documentos, serviços e/ou projetos impedirá o recebimento dos demais e a etapa será considerada não entregue. A ausência do responsável técnico e/ou do projetista específico impedirá também a realização da reunião de recebimento de serviços e/ou projetos e a etapa será considerada não entregue.

5.4.9- Após a reunião, o Anteprojeto será recebido provisoriamente para uma verificação inicial. Caso seja constatado, que alguma das exigências acima não tenha sido cumprida, o projeto será devolvido e considerado não entregue. Se recebido em definitivo, os serviços e/ou projetos serão verificados e avaliados pelos técnicos do Município de Lagoa Santa - MG.

5.4.10- O Anteprojeto verificado será entregue em reunião para devolução de serviços e/ou projetos, a ser realizada no Município de Lagoa Santa - MG, quando será imprescindível a presença do responsável técnico e do projetista específico, sob pena de não cumprimento da etapa.

5.4.11- Deverão ser elaborados tantos Anteprojetos quantos forem necessários até a aprovação pela Supervisão da CONTRATANTE e pelos órgãos envolvidos, sendo que para efeito de medição será pago apenas um único Anteprojeto. Nesta etapa deverá ser apresentada a estimativa global do custo da obra.

5.4.12- Efetuadas as alterações e compatibilizações necessárias a CONTRATADA enviará novamente os serviços e projetos corrigidos para a fase de aprovação, bem como o material enviado anteriormente, contendo as anotações dos fiscais da CONTRATANTE.

5.4.13- Na formalização da aprovação do Anteprojeto, a CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Sondagens (trado e/ou percussão) para avaliação, aprovação e autorização do Supervisor(a) de Projetos e/ou do profissional do Município de Lagoa Santa - MG responsável pela sua fiscalização. À exceção dos projetos em que for necessário a elaboração de Laudo Geológico Geotécnico específico, por um consultor de geotecnia, em que o Plano de Sondagem deverá ser apresentado com antecedência necessária de forma a subsidiar a elaboração do Laudo, antes da entrega do anteprojeto.

5.4.14- A critério da CONTRATANTE, após sua aprovação, o Anteprojeto poderá ser formatado em plantas humanizadas, perspectivas ou em software específico para a apresentação, sendo objeto de medição as plantas e perspectivas, conforme planilha do Termo de Referência.

5.4.15- Após a aprovação, o Anteprojeto deverá ser apresentado e aprovado pela CONTRATADA. Formalizando a aprovação onde a CONTRATADA apresentará o Anteprojeto e demais documentos, utilizando-se de perspectivas, desenhos de apresentação, slides e/ou transparências previamente definido pela fiscalização. A CONTRATADA deverá apresentar também uma plotagem das plantas para assinatura da fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, em caso de aprovação.

5.4.16- Deverão ser entregues tantas plotagens, em papel sulfite e cópias quantas necessárias com as devidas alterações solicitadas até que os serviços e/ou projetos desta etapa sejam definitivamente aceitos pela Supervisão da CONTRATANTE. Na data da formalização da conclusão da etapa deverá ser entregue um jogo completo de cópias sulfite dos serviços e/ou projetos em formatos previamente acordados com a Supervisão do Município de Lagoa Santa - MG e um CD com todos os documentos e projetos, aprovados, nesta etapa, devidamente identificados.

5.4.17- Os Anteprojetos deverão ser entregues conforme detalhado no "Procedimento Padrão para Elaboração de Projetos de Infraestrutura e Edificações" do Município de Lagoa Santa - MG, de acordo com os serviços especificados na "Planilha de Quantitativos", anexo a este Termo de Referência.

5.4.18- Somente após a aprovação do Anteprojeto a CONTRATADA estará autorizada a iniciar os Projetos Básicos.

5.4.19- O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.5. PROJETO BÁSICO

5.5.1 Após a aprovação dos Anteprojetos serão realizadas novas reuniões de definição de diretrizes para que a CONTRATADA possa dar início à elaboração dos Projetos Básicos.

5.5.2. Nesta etapa deverão ser apresentados os serviços e/ou projetos abaixo relacionados e detalhados na Planilha Contratual:

- a. Estudos Geotécnicos;
- b. Projetos Básicos Completos de Infraestrutura e Áreas de Reassentamento/Equipamentos e Edificações;
- c. Levantamento do Padrão Habitacional;
- d. Memorial Descritivo de cada Serviço e/ou Projeto;
- e. Memória de Cálculo de Quantitativos;
- f. Planilhas de Orçamento de cada Serviços e/ou Projetos;
- g. ART dos Profissionais.

5.5.3 A apresentação dos projetos básicos deverá contemplar os serviços e/ou projetos relacionados na planilha de cada fase do Projeto e será realizada na reunião para recebimento dos serviços e/ou projetos. Todos os projetos e/ou serviços relacionados, deverão ser entregues concomitantemente na reunião acima citada. A falta de um ou mais documentos, serviços e projetos impedirá o recebimento dos demais e a etapa será considerada não entregue.

5.5.4 Todos os serviços e/ou projetos deverão ser entregues concomitantemente, devidamente compatibilizados entre si, assinados e carimbados pelo Coordenador Geral e Projetistas Específicos da CONTRATADA.

5.5.5- As atas de reunião realizadas anteriormente entre projetistas responsáveis e o Coordenador para referida compatibilização deverão ser apresentadas e anexadas ao Relatório de Acompanhamento de Projetos. Deverão também ser apresentados os Memoriais Descritivos

contendo inclusive, se for o caso, os métodos construtivos especiais acompanhados de seus respectivos custos e prazos de execução.

5.5.6 Na fase de Verificação, serão realizadas reuniões de recebimento, verificação e devolução dos serviços e/ou projetos no Município de Lagoa Santa - MG,

quando será imprescindível a presença do Coordenador Geral e dos projetistas responsáveis por cada área específica.

5.5.7 Efetuadas as alterações e compatibilizações necessárias, a CONTRATADA, quando da entrega dos serviços e/ou projetos para a fase de Aprovação, deverá apresentar a avaliação anterior dos fiscais do Município de Lagoa Santa - MG, onde constam as suas anotações. A ausência desse material impedirá o início da avaliação dos fiscais do Município de Lagoa Santa - MG e a etapa será considerada não entregue.

5.5.8 Caso as alterações solicitadas na fase de Verificação não sejam atendidas e/ou justificadas na íntegra impedindo assim a Aprovação e gerando nova Verificação a CONTRATADA será considerada inadimplente.

5.5.9 Na data da Formalização da conclusão do Projeto Básico deverão ser entregues 01 (um) jogo completo de cópias sulfite e um CD com todos os documentos e projetos aprovados nesta etapa, devidamente identificados.

5.5.10 Os Projetos Básicos deverão ser entregues conforme detalhado no "Procedimento Padrão para Elaboração de Projetos de Infraestrutura e Edificações" do Município de Lagoa Santa - MG, de acordo com os serviços especificados na "Planilha de Quantitativos" anexa ao Termo de Referência.

5.5.11- A aprovação dos Projetos Básicos autoriza a CONTRATADA a iniciar os Projetos Executivos.

5.5.12- O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.6. PROJETO EXECUTIVO

5.6.1. Após aprovação dos Projetos Básicos, a CONTRATADA iniciará a elaboração dos Projetos Executivos. Deverão estar presentes o(s) Supervisor(es), o(s) Coordenador(es) e os projetistas responsáveis por cada Projeto Específico. A ausência de qualquer um dos profissionais da CONTRATADA impedirá a realização da reunião e a etapa será considerada não iniciada por inadimplência da mesma.

5.6.2. Nesta etapa deverão ser apresentados os serviços e/ou projetos abaixo relacionados e detalhados na Planilha Contratual de cada fase do Projeto:

- a. Projetos Executivos Completos de Infraestrutura e/ou Áreas de
- b. Reassentamento/Equipamentos;
- c. Caderno de Especificações;
- d. Memorial Descritivo e/ou Justificativo de cada Serviço e/ou Projeto;
- e. Memória de Cálculo Detalhada de Quantitativos;
- f. Planilha de Orçamento de cada Serviço e/ou Projeto;
- g. ART dos Profissionais, caso haja complementação.

5.6.3 A apresentação do Projeto Executivo deverá contemplar os serviços e/ou projetos relacionados na planilha de cada fase do Projeto e será realizada na reunião

para recebimento dos serviços e/ou projetos. Todos os projetos e/ou serviços relacionados, deverão ser entregues concomitantemente na reunião acima citada. A falta de um ou mais documentos, serviços e projetos impedirá o recebimento dos demais e a etapa será considerada não entregue.

5.6.4. A ausência do Coordenador e/ou qualquer um dos projetistas específicos impedirá consequentemente a realização da reunião de recebimento de serviços e/ou projetos e a fase será considerada não entregue por inadimplência da mesma.

5.6.5 Os projetos deverão ser entregues devidamente compatibilizados entre si, assinados e carimbados pelo Coordenador e pelos projetistas específicos. As atas de reunião realizadas anteriormente entre projetistas responsáveis e o Coordenador para referida compatibilização deverão ser apresentadas e anexadas ao Relatório de Acompanhamento de Projetos. Deverão também ser apresentados os Memoriais Descritivos contendo inclusive, se for o caso, os métodos construtivos especiais acompanhados de seus respectivos custos e prazos de execução.

5.6.6 Após a reunião, o projeto será recebido provisoriamente para uma verificação inicial. Caso seja constatado, que alguma das exigências acima não tenha sido cumprida, o projeto será devolvido e considerado não entregue. Se recebido em definitivo, os serviços e/ou projetos serão verificados e avaliados pelos técnicos do Município de Lagoa Santa - MG.

5.6.7 O conjunto completo de projetos verificados será devolvido na reunião para devolução de serviços e projetos a ser realizada no Município de Lagoa Santa - MG, quando será imprescindível a presença do(s) Coordenador(es), projetistas responsáveis por cada projeto específico, inclusive orçamentista.

5.6.8 Caso as alterações solicitadas na fase de Verificação não sejam atendidas e/ou justificadas na íntegra impedindo assim a Aprovação e gerando nova Verificação a CONTRATADA será considerada inadimplente.

5.6.9 Na data da Formalização da conclusão do Projeto Executivo deverão ser entregues 01 (um) jogo completo de cópias sulfite e um CD com todos os documentos e projetos, aprovados nesta etapa, devidamente identificado.

5.6.10 Os quantitativos constantes das planilhas de quantitativos são de inteira responsabilidade da CONTRATADA. As planilhas deverão ser elaboradas por profissionais qualificados específicos da área, com apresentação da respectiva ART. A memória de cálculo é parte integrante desta planilha e deverá ser apresentada conforme "Procedimento Padrão para Levantamento de Quantitativos", utilizando croquis indicativos da sequência de cálculo. Tais documentos deverão permitir a avaliação do custo e a execução da obra, bem como a definição dos métodos e o prazo de execução.

5.6.11 A CONTRATADA poderá ser acionada, na ocasião da licitação da obra, para esclarecimentos relativos aos quantitativos apresentados na planilha de quantitativos.

5.6.12 Deverão ser apresentadas memórias de cálculos dos quantitativos referente a cada fase do Projeto.

5.6.13 A planilha de quantitativos deverá adotar os códigos de serviço da planilha **padrão SUDECAP e/ou SETOP**, estar separada por fases do Projeto.

5.6.14 Efetuadas as alterações e compatibilizações necessárias a CONTRATADA enviará novamente os serviços e projetos para a fase de Aprovação.

5.6.15 Qualquer falha, erro e omissão detectados nos projetos e/ou serviços, durante a sua elaboração e aprovação, ou mesmo durante a execução das respectivas obras, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, assim como o custo financeiro gerado pelos mesmos.

5.6.16 Após a conclusão dos projetos, eventuais revisões poderão vir a ser solicitadas pela CONTRATANTE. Apenas aquelas caracterizadas como modificações, convenientemente acordadas entre as partes serão passíveis de remuneração.

5.6.17 Após aprovação do Projeto Executivo pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será convocada para o Check-List Final. Este check-list compreende a apresentação de todos os projetos e planilhas pelos respectivos projetistas ao responsável da Secretaria de Desenvolvimento Urbano que acompanhará a execução da obra, para análise e aceitação. Para esta fase deverá haver disponibilidade de todos os profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos e planilhas para as reuniões que acontecerão no Município de Lagoa Santa - MG, em datas previamente marcadas.

5.6.18 Após a aceitação dos projetos e planilhas pelo Supervisor de obras, os projetos serão enviados para o orçamento.

5.6.19 Após a conclusão do orçamento, a CONTRATADA fará a entrega final dos projetos executivos e planilhas de quantidades e orçamentária.

5.6.20 A CONTRATADA ficará obrigada a prestar esclarecimentos, a qualquer tempo e hora, de dúvidas geradas na concepção dos projetos, de falta de compatibilização entre projetos ou de falta de clareza no detalhamento, ocasionando inclusive algum detalhamento complementar que serão solicitados por escrito pela CONTRATANTE, sem ônus para a mesma.

5.6.21 A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser convocada, dentro do prazo contratual, para acompanhar a fiscalização da implantação de projetos durante a execução de obras, emitir pareceres técnicos e executar vistoria, para tanto, fazendo uso das horas de consultoria previstas na planilha de Orçamento da Obra.

5.6.22 O prazo de entrega dos documentos elaborados se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias

6. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A fiscalização da execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representantes do contratante especialmente designados, com competência no ramo e com atribuições específicas para as atividades de gestão e de fiscalização.

6.2 No desempenho destas tarefas deverão os técnicos e profissionais do Contratante contar com total colaboração da Contratada.

6.3 O fiscal acompanhará a execução dos serviços, verificando se as normas técnicas e tantos outros procedimentos recomendáveis estão sendo observados pelo contratado durante a execução do referido objeto.

6.4 A Contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros especialistas e demais peritos enviados pelo Contratante: Inspecionem a qualquer tempo a execução dos serviços; examinem os registros e documentos que considerem necessários conferir;

6.5 A Contratada deverá indicar preposto aceito pelo Contratante, para representá-la na execução do contrato, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

6.6 A Contratada é obrigada a reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

6.7 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

6.8 Caso a Contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens previstos, o Contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então Contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento, bem como poderá ser declarada inidônea, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Caberá, também, aplicação de penalidades legais e regulamentares.

6.9 A contratada deverá atender às determinações da fiscalização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e prestar toda assistência e colaboração necessária.

6.10 Assim que a execução dos serviços tenha sido concluída de conformidade com o Contrato, poderá ser emitido termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação por escrito pela Contratada à Contratante, da sua conclusão.

6.11 No prazo de até 10 (dez) dias do Recebimento Provisório, será procedido o Recebimento Definitivo, por comissão especificamente designada pelo Contratante.

6.12 O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Administração Pública poderá modificar para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

7.2 As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

7.3 Cabe ao contratante estabelecer os contratos de forma clara e com precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora.

7.4 Fornecer e garantir à licitante vencedora, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

7.5 Permitir o acesso da licitante vencedora nas suas dependências, para fornecer os bens adquiridos, devidamente identificados pela unidade fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e informados ao Centro de Atendimento Técnico da licitante vencedora, em observância às condições contratadas.

7.6 Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à entrega dos produtos, em face das condições do contrato.

7.7 Indicar os profissionais, que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à entrega dos produtos, ao seu exclusivo critério.

7.8 Remunerar a licitante vencedora nas condições contratuais, exclusivamente ao objeto corretamente entregue.

7.9 Rejeitar, e em decorrência de tal, devolver o objeto já fornecido, total ou parcialmente, e ao seu exclusivo critério, solicitar que sejam empreendidas pela licitante vencedora, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

7.10 Comunicar formalmente à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto, e, ao seu exclusivo critério, interromper o fornecimento em decorrência disto.

7.11 Zelar sob a sua exclusiva responsabilidade pela boa conservação dos suprimentos adquiridos.

7.12 Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:

7.13 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada no prazo estipulado, emitindo Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente aos serviços contratados;

7.14 Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao serviço solicitado;

7.15 O contratante deverá notificar formalmente o contratado, pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução de serviço de engenharia, até para que possa a empresa proceder a reparos, a menos que o livro de ocorrência esteja no serviço.

7.16 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições do contrato.

7.17 Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, indicando servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados, acompanhando e fiscalizando a perfeita execução do Contrato.

7.18 Indicar servidores com competência necessária para proceder ao recebimento dos objetos licitados, sendo a verificação de especificações, qualidade e preços de responsabilidade de representante do Departamento Técnico da Prefeitura.

7.19 Cumprir e fazer cumprir o disposto neste instrumento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

8.2 - Fornecer o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas neste Termo de Referência.

8.3 - Providenciar os cuidados necessários ao perfeito fornecimento quanto à pontualidade, conservação e validade dos produtos, quando for o caso.

8.4 - Responder pelos danos diretos ou indiretos causados a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto ou posteriores ao fornecimento, mas, que dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pela unidade fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

8.5 - Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificações assumidas.

8.6 - Responsabilizar-se integralmente a responsabilidade pelas despesas relativas aos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos funcionários da empresa, ficando a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

8.7 - Responsabiliza-se pelos riscos inerentes à atividade bem como todo e qualquer ônus relativo a transporte, materiais, impostos e taxas.

8.8 - Não ceder ou transferir o fornecimento dos produtos, total ou parcialmente, a qualquer pessoa física ou jurídica, nem subcontratar total ou parcialmente a obrigação dele decorrente Emitir Nota Fiscal e entregar os produtos no local indicado neste Edital. Caso necessário, apresentar documentos complementares para o recebimento da fatura.

8.9 - Atender às convocações da Administração para participar de reuniões referentes ao fornecimento dos produtos e negociação de Preços Registrados.

9. CRITÉRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA

9.1 – Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

9.2 - Preço base (Tabelas oficiais) x % BDI da proposta x % de desconto oferecido nas tabelas oficiais pela empresa.

9.2.1 - Deverá ser apresentada a composição do BDI e encargos sociais, em conformidade com as resoluções do CNJ. Na planilha analítica de BDI deverão constar as composições de todos os custos unitários.

9.2.2 - O BDI máximo aceitável será de 29%.

9.3 - No procedimento licitatório, salvo decisão respaldada por justificativa expressa, será permitida a participação de consórcio de empresas. Tal assertiva tem com o objetivo evitar restrições ao caráter competitivo da licitação e, assim, auferir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

10. VIGÊNCIA

10.1 - Será de 12 (doze) meses a partir da assinatura, com a possibilidade de prorrogação, conforme legislação vigente.

10.2 - O contrato poderá ser rescindido a critério da administração pública a qualquer tempo e momento, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

11 – MEDIÇÕES

11.1 - A fatura do serviço deverá ser entregue a SDU após a aprovação da prévia e envio de ordem de serviços emitida pelo setor de compras – PMLS.

11.2.-. O pagamento, se dará em até 30 dias contados da emissão da NF. Devendo a conferência da mesma estar compreendida dentro deste prazo.

11.3 - A cada Nota Fiscal apresentada a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- a. Certidão de Regularidade /FGTS (Lei 8.036/90);
- b. Certidão de Regularidade /INSS (Lei 8.212/91);
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d. Guias de pagamento do INSS e FGTS;
- e. Outras que venham a ser solicitadas pela administração municipal.

11.4 – Para o serviço de transporte, a aferição da distância percorrida será tomada referência de saída (ponto zero) a partir da SDU até o destino de serviço mediante aferição pelo menor percurso utilizando da plataforma Google maps.

11.5 – Para fins de referência, a SDU está localizada à Rua Barão do Rio Branco, 44 – 2º andar – Centro – Lagoa Santa – MG.

12 – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 - Os serviços serão prestados em diversos locais e prédios públicos do município, abrangendo TODA A ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, mediante designação da SMDU.

13 – DO ORÇAMENTO

13.1 - As despesas decorrentes dos referidos serviços correrão da seguinte forma:

*Ficha 353.

14 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

14.2 Apresentação de certidão (os) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa executou diretamente serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica ao objeto licitado, que comprovem a execução de serviço igual ou semelhante ao que será contratado envolvendo, todos os serviços abaixo relacionados:

1. Elaboração de projetos básicos e executivos para estabelecimento socioeducativo de instrução pedagógica;
2. Elaboração de projetos básicos e executivos para edificações destinadas a pessoas com deficiência;

3. Elaboração de projetos básicos e executivos para estrutura destinada a tratamento preliminar de assistência com equipe multiprofissional de atendimento;
4. Elaboração de projetos de acessibilidade para pessoas com deficiências em edificações públicas ou privadas;
5. Elaboração de projetos básicos e executivos para propriedade de escoamento intermunicipal para embarque e desembarque de pessoas;
6. Elaboração de projetos básicos e executivos para estrutura multiuso para atividades de entretenimento, lúdicas e esportivas;
7. Elaboração de estudos, projetos básicos e executivos para requalificação ou reestruturação de vias para transporte rápido intermunicipal;
8. Elaboração de contenção de encostas para implantação de estruturas em área de habitação de risco e análise de aterro sobre solo mole;
9. Elaboração de projetos básicos e executivos para edificação para desenvolvimento psicológico individual e social.
10. Elaboração de projetos para representação de reservatórios, ramais, redes, sistema de aquecimento, isolamento térmico e esgoto pluvial e cloacal.
11. Elaboração de levantamento planialtimétrico por aerofotogrametria, levantamento de dados, mapeamento de infraestrutura subterrânea e sondagens.
12. Elaboração de parecer técnico de vistoria com análise patológica e terapêutico de Obras de Artes Especiais;
13. Elaboração de projetos básicos e executivos para pavimentação para planejamento de integração viária municipal;
14. Elaboração de estudos de impacto histórico e cultural e análise de tráfego viário para Obras de Artes Especiais;
15. Elaboração de Controle de erosão ou de recuperação de área degradada;
16. Elaboração de estudos hidrológicos e geológicos para infraestrutura viária;
17. Elaboração de estudos de tráfego com apuração de contagem volumétrica para área de implantação viária;
18. Elaboração de projetos executivos para infraestrutura urbana de vilas, favelas ou zonas rurais.
19. Elaboração de estudos de impactos ou relatórios ambientais para edificações públicas ou infraestrutura viária;
20. Elaboração de projetos de desapropriação de imóveis impactados com avaliação imobiliária;

14.2.1. A comprovação de que esse profissional indicado pertence ou pertencerá ao quadro permanente da empresa se fará através da certidão de registro de pessoa jurídica na entidade profissional, no caso CREA ou de um dos documentos a seguir relacionados:

- a) Ficha de registro de trabalho;
- b) Contrato de trabalho;

- c) CTPS (carteira de trabalho e previdência social);
- d) Contrato de prestação de serviços autônomos em plena vigência;
- e) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

14.3. As exigências acima visam promover formas de garantir que a empresa vencedora tenha condições de atender o processo, haja vista que a apresentação de atestado de capacidade com exigência mínima, possibilitará que a Administração não venha a atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detenham capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão contemplados no certame.

14.4. A aceitação dos documentos obtidos via internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela equipe de apoio do pregão.

14.5. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido neste título, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

15 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

15.1 - Caberá à contratada refazer os serviços sem ônus para a contratante, sempre que os serviços estiverem em desacordo ou qualidade inferior aos especificados no presente termo de referência.

15.2 - Todas as atividades serão executadas via Ordem de Serviço.

15.3 - A CONTRATADA deverá manter suas instalações, correndo por sua conta as despesas necessárias para tanto.

15.4 - A PMLS não será obrigada a contratar mensalmente quantidade mínima.

15.5 - A CONTRATANTE poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços à população.

Termo de Referência elaborado:

GETÚLIO DE JESUS MOURA
Servidor Público – SDU

ANEXO I.3
Planilha orçamentária base de referência

ITEM	ORIGEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNITÁRIO SEM BDI	VALOR UNITÁRIO COM BDI - 29%	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.0	CONSULTORIA - EQUIPE - PESSOAL						
1.0.1	SUDECAP	Engenheiro Consultor Especial	H	163,19	210,52	440	R\$ 92.628,80
1.0.2	SUDECAP	Engenheiro/Arquiteto Consultor	H	149,23	192,51	880	R\$ 169.408,80
1.0.3	SUDECAP	Engenheiro/Arquiteto Coordenador	H	135,26	174,49	880	R\$ 153.551,20
1.0.4	SUDECAP	Engenheiro/Arquiteto Sênior	H	121,3	156,48	1.100	R\$ 172.128,00
1.0.5	SUDECAP	Engenheiro/Arquiteto Junior	H	93,37	120,45	1.100	R\$ 132.495,00
1.0.11	SUDECAP	Projetista Sênior	H	31,75	40,96	1.100	R\$ 45.056,00
1.0.12	SUDECAP	Projetista Junior	H	25,51	32,91	1.100	R\$ 36.201,00
1.0.13	SUDECAP	Projetista Cadista	H	31,75	40,96	1.100	R\$ 45.056,00
1.0.14	SUDECAP	Técnico Sênior	H	31,75	40,96	1.920	R\$ 78.643,20
1.0.15	SUDECAP	Técnico Junior	H	25,51	32,91	1.320	R\$ 43.441,20
1.0.16	SUDECAP	Desenhista Projetista	H	28,46	36,71	1.100	R\$ 40.381,00
1.0.17	SUDECAP	Desenhista Técnico	H	25,51	32,91	1.100	R\$ 36.201,00
1.0.20	SUDECAP	Topógrafo Sênior	H	32,35	41,73	1.920	R\$ 80.121,60
1.0.21	SUDECAP	Nivelador	H	21,3	27,48	1.920	R\$ 52.761,60
1.0.22	SUDECAP	Baliza	H	16,43	21,19	1.920	R\$ 40.684,80
1.0.23	SUDECAP	Ajudante de Topografia	H	14,35	18,51	1.920	R\$ 35.539,20
1.0.24	SUDECAP	Laboratorista Sênior	H	28,86	37,23	880	R\$ 32.762,40
1.0.25	SUDECAP	Laboratorista Junior	H	23,19	29,92	880	R\$ 26.329,60
1.0.26	SUDECAP	Motorista	H	20,06	25,88	1.920	R\$ 49.689,60
1.1	TRANSPORTE - DIÁRIA						
1.1.2	SETOP	Veículo Tipo Gol 1.6, 4P ou similar s/motorista	KM	2,82	3,64	27.000	R\$ 98.280,00
1.1.4	SETOP	Veículo Tipo Kombi ou similar s/motorista	KM	1,63	2,1	27.000	R\$ 56.700,00
1.1.5	SETOP	Deslocamento Intermunicipal	KM	0,94	1,21	72.000	R\$ 87.120,00
2.0	ANTEPROJETOS E PROJETOS						
2.0.1	SUDECAP	Projeto Arquitetônico - Executivo	A1	1.585,38	2.045,14	100	R\$ 204.514,00
2.0.2	SETOP	Projeto de Terraplenagem (Planta)	A1	908,98	1.172,58	30	R\$ 35.177,40
2.0.3	SETOP	Projeto de Terraplenagem (Seções)	A1	456,86	589,35	50	R\$ 29.467,50
2.0.4	SUDECAP	Projeto de Terraplenagem - Infraestrutura Urbana	KM	2.026,42	2.614,08	40	R\$ 104.563,20
2.0.5	SETOP	Projeto de Drenagem Pluvial	A1	1.012,60	1.306,25	100	R\$ 130.625,00
2.0.6	SUDECAP	Projeto de Drenagem - Infraestrutura Urbana	KM	6.693,68	8.634,85	30	R\$ 259.045,50
2.0.10	SUDECAP	Projeto Geométrico de Contenção - Edificação	A1	1.249,76	1.612,19	20	R\$ 32.243,80
2.0.11	SUDECAP	Projeto Geométrico - Infraestrutura Urbana	KM	5.753,60	7.422,14	30	R\$ 222.664,20
2.0.12	SETOP	Projeto de Estrutura de Concreto	A1	1.182,82	1.525,84	120	R\$ 183.100,80
2.0.13	SUDECAP	Projeto Estrutural de Contenção / Canal	A1	1.142,41	1.473,71	30	R\$ 44.211,30
2.0.14	SETOP	Projeto Elétrico	A1	1.399,98	1.805,97	175	R\$ 316.044,75

2.0.15	SETOP	Projeto Elétrico/Sonorização/Alarme/CFTV	A1	770,63	994,11	50	R\$ 49.705,50
2.0.16	SUDECAP	Projeto Elétrico/Telefonia/Lógica	A1	1.355,36	1.748,41	75	R\$ 131.130,75
2.0.19	SETOP	Projeto de Cabeamento Estruturado	A1	1.407,42	1.815,57	75	R\$ 136.167,75
2.0.21	SETOP	Projeto Hidráulico / Sanitário	A1	1.348,40	1.739,44	125	R\$ 217.430,00
2.0.22	SETOP	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio	A1	1.189,84	1.534,89	125	R\$ 191.861,25
2.0.23	SUDECAP	Projeto de Comunicação Visual	A1	1.058,40	1.365,34	50	R\$ 68.267,00
2.0.24	SETOP	Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas	A1	1.018,44	1.313,79	125	R\$ 164.223,75
2.0.26	SETOP	Projeto de Ar Condicionado	A1	1.399,98	1.805,97	50	R\$ 90.298,50
2.0.27	SETOP	Projeto de Gases Medicinais	A1	1.103,68	1.423,75	20	R\$ 28.475,00
2.0.28	SETOP	Projeto de GLP	A1	968,02	1.248,75	20	R\$ 24.975,00
2.0.30	SUDECAP	Projeto de Pavimentação - Via Local	KM	1.757,50	2.267,18	75	R\$ 170.038,50
2.0.31	SUDECAP	Projeto de Pavimentação - Via Coletora e Primária	KM	2.727,90	3.518,99	50	R\$ 175.949,50
2.0.32	SUDECAP	Projeto de Sinalização / Desvio	KM	2.148,18	2.771,15	75	R\$ 207.836,25
2.0.33	SETOP	Projeto de Estrutura Metálica	A1	1.736,24	2.239,75	75	R\$ 167.981,25
23	SUDECAP	Projeto de Obras Artes Especiais - Pontes, Viadutos, etc.	A1	2.366,04	3.052,19	20	R\$ 61.043,80
2.0.39	SETOP	Anteprojeto de Edificação - área < 600 m²	UN	2.785,21	3.592,92	20	R\$ 71.858,40
2.0.40	SETOP	Anteprojeto de Edificação - 600 m² < área < 1.500 m²	UN	5.570,42	7.185,84	20	R\$ 143.716,80
2.0.41	SETOP	Anteprojeto de Edificação - área > 1.500 m²	UN	8.353,83	10.776,44	20	R\$ 215.528,80
3.0	LEVANTAMENTOS E SONDAGENS						
3.0.1	SUDECAP	Levantamento Planialtimétrico Cadastral <10.000 m² - inclusive desenho	M²	0,64	0,83	300.000	R\$ 249.000,00
3.0.2	SUDECAP	Levantamento Planialtimétrico Cadastral >=10.000 m² - inclusive desenho	M²	0,58	0,75	100.000	R\$ 75.000,00
3.0.3	SETOP	Mobilização, Instalação e Desmobilização Sondagem Percussão 2 1/2	UN	800	1.032,00	75	R\$ 77.400,00
3.0.4	SETOP	Perfuração Sondagem Percussão 2 1/2	M	60	77,4	4.000	R\$ 309.600,00
3.0.5	SETOP	Desmontagem, Transporte e Montagem de Equipamentos por Furo	UN	120	154,8	600	R\$ 92.880,00
3.0.6	SETOP	Mobilização - Sondagem à Trado D= 20 CM	UN	500	645	75	R\$ 48.375,00
3.0.7	SETOP	Perfuração - Sondagem à Trado D= 20 CM	M	50	64,5	600	R\$ 38.700,00
TOTAL SEM BDI							R\$ 4.940.272,80
TOTAL COM BDI							R\$ 6.374.280,25

ANEXO II
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇO/FORNECIMENTO

A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO PREGOEIRO do Município de Lagoa Santa

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023 – PROCESSO Nº 084/2023		
Fornecedor:		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	Bairro:	
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA:		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		
<i>Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:</i>		

Lote/Item	Qtde.	Unid.	Especificações	Marca/Modelo	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01						

Valor Total e final por extenso **do Item:** R\$(.....)

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.

2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação dos termos deste processo licitatório.

3. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, informe a qualificação do responsável:

Representante expreso no contrato social

Procurador

4. Informar e-mail específico do responsável supra assinalado para o qual deverá ser encaminhada a Ata de Registro de Preços para assinatura eletrônica, via D4Sing:

5. Possui certificado digital para uso na assinatura da Ata de Registro de Preços:

SIM

NÃO

➤ Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

XXXXX de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE
SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Processo Licitatório n° 084/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico RP n° 058/2023

Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

A (NOME DA EMPRESA), com sede no endereço _____, inscrita no CNPJ sob no n° _____ representada neste ato por seu procurador *in fine* assinado, devido ao interesse em participar da licitação em epígrafe que se encontra autuada no processo administrativo acima indicado, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS** promovida pelo Município de Lagoa Santa/MG, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não mantendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

(nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)

OBS.: Favor seguir este modelo da declaração na íntegra em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MEI, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo Licitatório nº 084/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 058/2023
Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela

A (NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
portador do documento de Identidade nº _____ e CPF nº 000.000.000-00,
DECLARA, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como
_____ (incluir uma das condições da empresa, se é
Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno
Porte - EPP), nos termos da legislação vigente, artigo 3º, da Lei Complementar nº 123,
de 14 de dezembro de 2006, e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do
§ 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos
artigos 42 a 49 da referida Lei.

Local e data.

(Assinatura do Representante da Empresa)

OBS.: Favor seguir este modelo da declaração na íntegra em papel timbrado da empresa.

ANEXO V
Minuta de Ata de Registro de Preços nº ____ /20__

Processo Licitatório nº 084/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 058/2023
Tipo: Menor Preço / Maior desconto em tabela
Vigência 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 73.357.469.0001-56, sediado na Rua São João, nº 290 – Centro – Lagoa Santa/MG - CEP: 30.230-103, neste ato, representado pela Secretaria Municipal de XXXX, Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, titular da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SSP/MG, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, registram-se os preços das seguintes empresas: **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX**, em conformidade com o estabelecido no art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, as especificações técnicas constantes no processo, assim como os termos da proposta comercial, edital e seus anexos, integram esta ata de registro de preços, independente de transcrição.

Integram esta Ata de Registro de Preços como se nela estivessem transcritas, a proposta do fornecedor, o edital, o termo de referência e seus anexos.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes do **Anexo I** desta ata de registro de preços, e mediante expedição, pelo **CONTRATANTE**, da competente autorização de fornecimento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 2ª. O acompanhamento e a fiscalização desta ata de registro de preços serão realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, observado o disposto nos artigos 67 e 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Cláusula 3ª. A **CONTRATADA** estará obrigada a executar para o **CONTRATANTE**, os serviços objeto da presente ata, sempre que lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas nas autorizações de fornecimento.

Cláusula 4ª. O **CONTRATANTE** não estará obrigado a adquirir da **CONTRATADA** uma quantidade mínima dos serviços objeto da presente ata de registro de preços, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento, desde que respeitado o disposto nas cláusulas antecedentes.

Cláusula 5ª. O **CONTRATANTE** poderá, nos termos da legislação em vigor, adquirir de outros fornecedores os serviços objeto desta presente ata de registro de preços,

vedada, todavia, qualquer aquisição destes serviços por preços iguais ou superiores aos que poderiam ser obtidos da **CONTRATADA** pela execução da presente ata de registro de preços.

Cláusula 6ª. A contratação dos fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, como acessórios a presente ata de registro de preços, emitidos durante o prazo de validade desta ata, que estipulará:

- a) A quantidade de serviços a ser fornecida pela **CONTRATADA** no momento, respeitado o disposto nas cláusulas terceira e quarta desta ata de registro de preços, sendo facultado ao **CONTRATANTE** convocar a **CONTRATADA** para assinar tantas autorizações de fornecimento quanto forem necessárias para o atendimento de suas necessidades;
- b) A forma do fornecimento da quantidade no momento desejada, se parcelada em dias diferentes ou se integral;
- c) Quando formalizado através de contrato, seguirá a minuta, conforme modelo do Anexo VI, deste processo licitatório.

Cláusula 7ª Os documentos produzidos em cada etapa do Projeto serão submetidos à avaliação, que emitirá parecer técnico aprovando ou não a etapa correspondente. Em caso de parecer favorável, a Contratada será autorizada a iniciar os trabalhos da etapa subsequente.

Cláusula 8ª. O não atendimento injustificado da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA** será considerado como fato qualificador da inexecução total do objeto constante da respectiva autorização de fornecimento, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente compromisso de fornecimento.

Cláusula 9ª. Os serviços licitados deverão ser entregues de acordo com as especificações e preços unitários constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante desta ata de registro de preços.

Cláusula 10ª. Nos preços referidos na cláusula antecedente já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

Cláusula 11ª. Correrão exclusivamente por conta da **CONTRATADA** quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

Cláusula 12ª. A **CONTRATADA** não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ata de registro de preços, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

DOS PAGAMENTOS

Cláusula 13ª. O pagamento da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE**, de acordo com o estipulado na cláusula décima quarta, será devido a cada fornecimento realizado,

desde que tenha sido este regularmente formalizado pelo termo referido nas cláusulas sexta e sétima desta ata de registro de preços.

Cláusula 14ª. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante, após a devida comprovação da entrega dos produtos.

a) A nota fiscal deverá ser em formato eletrônico e encaminhada ao **CONTRATANTE**, contendo o número da autorização de fornecimento e o número da ata de registro de preços a que se refere, bem como os dados bancários para depósito do pagamento desta, acompanhada da cópia da respectiva autorização de fornecimento;

b) A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, juntamente com as notas fiscais certidões para fins de comprovação de regularidade fiscais junto às fazendas Federal, Estadual, Trabalhista, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Municipal.

DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

Cláusula 15ª. O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, por prazo inferior a 12 (doze) meses, da apresentação da proposta, em atendimento ao disposto na legislação federal em vigor, sendo utilizado para estes fins o menor índice em vigor, e ressalvado que a qualquer tempo será cabível o reequilíbrio econômico financeiro, desde que se comprove que foi afetada a parte financeira do contrato, bem como as previsões iniciais da **CONTRATADA** quanto aos seus encargos econômicos e lucros normais do empreendimento.

a) O pedido deverá ser protocolado, com todas as documentações expressas na alínea “b” desta cláusula, via sistema de protocolo disponível no Portal do Cidadão no endereço eletrônico: <http://portalcidadao.lagoasanta.mg.gov.br>;

b) Para análise e julgamento pelo setor técnico competente, o pedido deverá ser instruído obrigatoriamente com as notas fiscais e acompanhado de planilha com variações e a documentação comprobatória da solicitação, que demonstre claramente a variação verificada entre a situação original e a atual, mantendo no reequilíbrio o desconto concedido pela **CONTRATADA** sobre valor prévio que consta no processo licitatório, inclusive declinando os valores pretendidos;

c) Mesmo após abertura do processo do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, a **CONTRATADA** fica obrigada a executar os serviços solicitados mediante autorização de fornecimento pelo **CONTRATANTE**, no mesmo valor registrado, até a conclusão final do processo, qual seja assinatura de termo bilateral de aditamento de acordo com as legislações pertinentes;

d) O valor realinhado deverá se basear no acima disposto, não se tratando de mero reajuste nem tampouco de aplicação do preço praticado no mercado.

Cláusula 16ª. O disposto na cláusula anterior não impedirá que, ao longo da execução da presente ata de registro de preços, sempre que não for declarado como adequado o preço registrado, possa vir a **CONTRATADA** a concordar com a redução do seu valor.

DO VALOR E DOTAÇÃO

Cláusula 17ª. O valor estimado da presente ata de registro de preços é de R\$____,____ (por extenso), que serão pagos à **CONTRATADA** parceladamente, após a devida comprovação de recebimento do objeto.

a) As dotações orçamentárias que darão suporte às despesas da ata de registro de preços serão:

Ficha	Dotação
349	02.04.05.15.451.0028.1013.3.3.90.39.00

b) As partes das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2023 correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

DA ENTREGA/DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

Cláusula 18ª. Emitida a autorização de fornecimento na forma prevista na cláusula sexta desta ata de registro de preços, estará a **CONTRATADA** obrigada a executar os serviços nela estipulada, no prazo e nas quantidades previstas. Não será admitida a execução de serviços pela **CONTRATADA**, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido emitida a respectiva autorização de fornecimento.

Cláusula 19ª. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços, no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contado do recebimento da ordem de serviço.

Cláusula 20ª. O objeto da presente ata de registro de preços será recebido parceladamente, na forma estabelecida subsequentes:

a) Será prioritária a aquisição dos itens das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, conforme § 5º, do art. 6º, do Decreto Municipal nº 4.329, de 15 de julho de 2021;

b) Caso a vencedora da cota reservada descumpra com as condições editalícias estará sujeita à perda da contratação prioritária, além da possibilidade de aplicação das demais sanções previstas em lei, observado o devido processo legal;

c) A **CONTRATADA** deverá executar os serviços no local indicado na autorização de fornecimento, expedida pelo Setor de Compras do Município de Lagoa Santa/MG;

d) A execução dos serviços deverá ser de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

e) No ato do recebimento dos serviços constantes das especificações do objeto, será realizada a conferência dos serviços fornecidos pelos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

- f) O Município de Lagoa Santa reserva-se ao direito de **não receber** serviços que sejam executados fora do padrão, qualidade e descrição solicitadas e em estado que suscitem dúvida quanto à procedência dos mesmos;
- g) Os serviços constantes nas autorizações de fornecimento, somente serão aceitos se executados integralmente;
- h) Serão aceitos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação;
- i) A **CONTRATADA** deverá efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela **CONTRATANTE**, em estrita observância das especificações do edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- j) Os itens deverão estar com as especificações técnicas em conformidade com o que foi solicitado, juntamente com o manual e a garantia do produto em português;
- k) Os itens fornecidos deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de itens usados ou reconicionados;
- l) Durante o prazo de vigência desta ata, a **CONTRATADA** estará obrigada a executar ao **CONTRATANTE**, sempre que lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na autorização de fornecimento dos serviços, de acordo com a ata de registro de preços;
- m) A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelos profissionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de acordo com a Portaria de Gestores de Contrato vigente.
- n) Demais condições de execução previstas no **Anexo I.2 Termo de Referência**.

Cláusula 21ª. O **CONTRATANTE** poderá solicitar análises, inspeções, testes e quaisquer outras provas exigidas, nos termos das normas técnicas existentes, indispensáveis para a comprovação da boa execução do contrato/ata de registro de preços, com o custo por conta da **CONTRATADA**.

Cláusula 22ª. Os serviços, no ato de entrega (recebimento provisório), serão conferidos, bem como serão devolvidos ou rejeitados caso não atendam às especificações e condições determinadas por este termo de referência, ficando o fornecedor responsável pelo ônus inerente à execução adequada dos serviços solicitados. O prazo para o pagamento ficará suspenso até a execução total dos itens solicitados.

Cláusula 23ª. Ultrapassado o prazo previsto na cláusula antecedente sem que a **CONTRATADA** tenha sanado os vícios existentes, serão tomadas as providências para a aplicação das penalidades cabíveis.

DO PRAZO, DA DURAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula 24ª. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação do objeto da ata de registro de preços.

Cláusula 25ª. A presente ata de registro de preços terá a duração de 12 (doze) meses, de ____/____/____ a ____/____/____ nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula 26ª. Serão considerados como direitos da **CONTRATANTE** na presente ata de registro de preços, além de outros decorrentes da legislação em vigor:

- a) O direito de definir a forma de fornecimento desejada em cada execução e de receber os serviços dentro do prazo máximo de entrega previsto em cada autorização de fornecimento firmada pelas partes contratantes;
- b) O direito de rescindir administrativamente a ata de registro de preços sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013;
- c) Na hipótese de ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, o **CONTRATANTE** reterá do pagamento devido ao **CONTRATADO** o valor correspondente ao atribuído à ação, o qual será depositado em conta separada até a solução final do litígio;
- d) Solicitar à **CONTRATADA** a execução dos serviços licitados;
- e) Acompanhar e fiscalizar, através do responsável pelo contrato a execução dos serviços, objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento do mesmo e efetivar a satisfação do crédito da **CONTRATADA**, nos precisos termos dispostos no contrato;
- f) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA**, e pertinentes ao objeto do presente contrato;
- g) O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante;
- h) Receber o objeto do contrato, através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- i) Notificar por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção;
- j) Exigir a qualquer tempo da **CONTRATADA**, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato, bem como todas as qualificações que ensejaram sua habilitação.
- o) Demais obrigações do **CONTRATANTE** previstas no **Anexo I.2 Termo de Referência**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 27ª. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outros decorrentes da legislação vigente:

- a) Manter durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- b) Cumprir todas as obrigações contratuais de forma que a execução seja realizada com perfeição, disponibilizando os serviços licitados de primeira qualidade;
- c) Zelar e garantir a boa qualidade da execução, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- d) Responsabilizar-se pela execução e pelo transporte de seu estabelecimento até o local determinado pelo **CONTRATANTE**;
- e) Todas as despesas com impostos, taxas e demais tributos e contribuições incidentes sobre o objeto contratual correrão a expensas da **CONTRATADA**;
- f) Todos os custos com alimentação, transporte, imposto e tudo que venha incidir outras taxas decorrentes da execução, correrão por conta da **CONTRATADA**;
- g) Apresentar notas fiscais e outros documentos que comprovem as operações realizadas em conformidade com a autorização de fornecimento e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas;
- h) Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução desta ata e dos contratos que originarem dela, durante toda a sua vigência, a pedido do **CONTRATANTE**;
- i) Dentro do prazo de vigência desta ata, fica a **CONTRATADA** obrigada a cumprir o quantitativo estipulado no Anexo I do edital e no Anexo I desta ata de registro de preços, conforme autorização do órgão requisitante;
- j) Deverá executar os serviços de acordo com as especificações constantes no termo, inclusive com referência às marcas, prazo de validade e quantidades expressas nos contratos/ata de registro de preços;
- k) Caso a **CONTRATADA** requeira abertura de processo para alterações contratuais como valores, marcas e outros, a mesma fica OBRIGADA a executar os serviços até a conclusão final deste processo, de acordo com as legislações pertinentes;
- l) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações/demandas decorrentes de danos seja por sua culpa ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da presente ata;

m) Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, alimentação, transporte, carga, descarga, estadia, impostos e outros resultantes da execução do objeto contratual;

n) Atender rigorosamente ao órgão solicitante quanto aos prazos e procedimentos para execução, sujeitando-se à fiscalização por parte do **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos requisitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram, respondendo pela perfeita condição e funcionamento dos itens fornecidos, inclusive suas quantidades e qualidade;

o) Efetuar a execução dos serviços nos locais estabelecidos pelo órgão solicitante e sempre acompanhados por um funcionário lotado no mesmo;

p) Seguir rigorosamente as especificações dos objetos conforme consta no Anexo I - Termo de Referência, do edital;

q) Demais obrigações da **CONTRATADA** previstas no Anexo I.2 Termo de Referência.

DOS DIREITOS DA CONTRATADA

Cláusula 28ª. São direitos da **CONTRATADA** na presente ata de registro de preços, além de outros decorrentes da legislação em vigor:

a) O direito de executar os serviços objeto da ata de registro de preços, desde que não obtenha a **CONTRATANTE**, por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, melhores condições de preço;

b) O direito de receber no prazo devido o pagamento pelos serviços regularmente fornecidos, no valor constante da ata de registro de preços, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013 e no instrumento convocatório;

c) O direito de solicitar a rescisão da presente ata de registro de preços nos casos em que houver atraso no pagamento de serviços já executados, respeitado o disposto no art. 78, inciso XV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores;

d) O direito de solicitar a rescisão da presente ata de registro de preços nos casos em que, comprovadamente, demonstrar a impossibilidade de cumprir com o pactuado por razões alheias à sua vontade, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

e) O direito de solicitar, nos termos do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013 e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a rescisão da presente ata de registro de preços sempre que o preço registrado, em face da ocorrência de variações significativas e imprevistas verificadas no mercado após a apresentação da sua proposta, se encontrar significativamente abaixo dos preços praticados na ata de registro de preços, quando o preço ofertado na presente licitação tiver sido inferior ao praticado no mercado à época;

f) O direito de manter a vigência da presente ata de registro de preços, sempre que concordar com a adequação do preço registrado ao valor praticado no mercado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 29ª. Se a **CONTRATADA** deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas no Código Penal salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo **CONTRATANTE**.

Cláusula 30ª. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o descumprimento total ou parcial dos contratos administrativos e as atas de registro de preços celebradas com o Município de Lagoa Santa, serão aplicadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 2.260, de 12 de fevereiro de 2012 e no art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I - Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

II - Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou retirar a autorização de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lagoa Santa, por prazo definido no art. 25, do Decreto Municipal nº 2.260, de 12 de fevereiro de 2012.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o Município de Lagoa Santa

pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto no inciso II, do art. 32, do Decreto Municipal nº 2.260, de 12 de fevereiro de 2012.

§ 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II, desta cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal. Caso os valores não sejam suficientes a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da sua aplicação, ou ainda quando for o caso cobrado judicialmente.

§ 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV, desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula 31ª. A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida por ato administrativo unilateral do **CONTRATANTE**:

- a) Quando a **CONTRATADA** não vier a cumprir, ou vier a cumprir irregularmente as obrigações decorrentes da presente ata de registro de preços ou de quaisquer das autorizações de fornecimento emitidas pelas partes contratantes;
- b) Quando houver o descumprimento pela **CONTRATADA** do prazo previsto na autorização de fornecimento para a execução dos serviços, ou não vier este a proceder à execução dos serviços dentro das condições pactuadas na presente ata de registro de preços ou nos prazos fixados nos termos de fornecimento;
- c) Quando o preço registrado for superior ao praticado no mercado, na ata de registro de preços nos termos do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013;
- d) Em quaisquer outras hipóteses admitidas em Lei.

Cláusula 32ª. A rescisão administrativa da presente ata de registro de preços por ato unilateral do **CONTRATANTE** obedecerá ao disposto no art. 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, bem como o determinado no Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013.

Cláusula 33ª. A **CONTRATADA** terá direito de solicitar ao **CONTRATANTE**, a rescisão amigável da presente ata de registro de preços sempre que verificadas quaisquer das hipóteses previstas na ata de registro de preços e na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ou na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cláusula 34ª. A presente ata de registro de preços e as autorizações de fornecimento que com base nela forem emitidas pelas partes contratantes serão regidas pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Cláusula 35ª. Para efeitos obrigacionais tanto o **Pregão Eletrônico RP 058/2023**, quanto a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) integram a presente ata de registro de preços, devendo seus termos e condições ser considerados como partes integrantes do presente instrumento.

Cláusula 36ª. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, o fornecimento dos itens mencionados no Anexo I do edital para todos os fins de direito serão tratadas como contratações autônomas e independentes.

Cláusula 37ª. Será admitida a celebração de termo aditivo, entre as partes contratantes, sempre que juridicamente exigido ou cabível, face de eventuais alterações na legislação federal que regulamenta a matéria, especialmente no que se refere à questão de eventuais alterações dos valores.

Cláusula 38ª. O extrato da presente ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, a cargo do **CONTRATANTE**.

Cláusula 39ª. É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Cláusula 40ª. Para todas as questões pertinentes à presente ata de registro de preços, o foro será o da Comarca do Município de Lagoa Santa/MG, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 41ª. O presente instrumento foi lavrado em decorrência do **Pregão Eletrônico RP nº 058/2023 - Processo Licitatório nº 084/2023** regendo-se pelas normas da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e do Decreto Municipal nº 2.454, de 06 de fevereiro de 2013, às quais também se sujeitam as partes que o celebram.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento, as partes e testemunhas.

Lagoa Santa, ___ de _____ de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

Testemunhas: _____

CPF: 000.000.000-00

CPF: 000.000.000-00

ANEXO ÚNICO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ___/20___, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e a(s) empresa(s) relacionada(s) no quadro abaixo, cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do **Pregão Eletrônico RP nº 058/2023**.

EMPRESA:					
CNPJ:					
ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	(R\$)	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL R\$ (POR EXTENSO)					

ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 73.357.469.0001-56, sediado na Rua São João, nº 290, Centro, Lagoa Santa/MG - CEP: 33.230-103, neste ato, representado pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**, Sr.(a) **XXXXXXXXXX**, titular da **Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SSP/MG**, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CONTRATADA**, firmam o presente contrato administrativo, decorrente do **Processo Licitatório nº 084/2023, Pregão Eletrônico nº 058/2023** em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 605, de 04 de junho de 2006 e Decreto Municipal nº 3.989, de 31 de março de 2020, têm entre si, em conformidade com a **Ata de Registro de Preços nº.....**, justo e contratado o que se segue:

Integram este Contrato como se nela estivessem transcritas, a Ata de Registro de Preços, a proposta do fornecedor, o edital, o termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E DOCUMENTOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes do Anexo I da **Ata de Registro de Preços Nº**

Parágrafo Único: Este contrato está vinculado de forma total e plena a Ata de Registro de Preços nº, proposta comercial do fornecedor, Processo **Licitatório nº 084/2023, Pregão Eletrônico nº 058/2023**, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência aos mesmos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O acompanhamento e a fiscalização deste contrato serão realizados pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, através dos gestores de contrato**, observado o disposto nos artigos 67 e 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A **CONTRATADA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização na execução do objeto pelo **CONTRATANTE**, bem como a permitir o acesso às informações consideradas necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DESTE CONTRATO

3.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo, assim como observará os preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art.

54, combinado com o inciso XII, do art. 55, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.2. O **CONTRATANTE** reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.3. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, sem autorização do **CONTRATANTE**, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

3.4. Emitida a autorização de fornecimento na forma prevista neste instrumento, estará a **CONTRATADA** obrigada a executar os serviços nele estipulados, no prazo e na(s) quantidade(s) prevista(s). Não será admitida a execução de serviços pela **CONTRATADA**, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido emitida a respectiva autorização de fornecimento.

3.5. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a substituição dos serviços fornecidos em desacordo com as especificações e prazos de validades exigidos. A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar pela validade dos itens que serão entregues.

3.6. O **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste contrato, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.7. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação.

3.8. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços de forma PARCELADA, no prazo máximo estabelecido no termo de referência, de acordo com a especificação contida no edital e na ata de registro de preços.

3.9. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços no local indicado na autorização de fornecimento, expedida pelo Setor de Compras do Município de Lagoa Santa.

3.10. No ato do recebimento dos serviços constantes das especificações, será realizada a conferência de todos os serviços executados.

3.11. Os serviços constantes nas autorizações de fornecimento, somente serão aceitos se executados integralmente.

3.12. Os serviços ou parte deles que estiverem em desacordo com o especificado no edital, deverão ser substituídos, onde o traslado e demais custos para a substituição correrão totalmente por conta da **CONTRATADA**.

3.13. Ultrapassado o prazo previsto na cláusula antecedente sem que a **CONTRATADA** tenha sanado os vícios existentes, serão tomadas as providências para a aplicação das penalidades cabíveis.

3.14. É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

3.15. Demais condições previstas na Ata de Registro de Preços nº

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Da CONTRATADA:

4.1. Indicar, no ato da assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) preposto para representá-la junto ao **CONTRATANTE**, devendo este preposto responder por todos os assuntos relativos à execução do presente contrato e atender tempestivamente aos chamados do **CONTRATANTE**.

4.2. Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado, mantendo assim, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.3. Apresentar os documentos de regularidade fiscal: (notas fiscais/faturas) e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas.

4.4. Cumprir os prazos de execução e quaisquer das condicionantes previstas neste contrato, na ata de registro de preços e no termo de referência, sob pena das sanções administrativas previstas neste instrumento.

4.5. Dentro do prazo de vigência deste contrato, fica a **CONTRATADA** obrigada a cumprir os quantitativos estipulados neste contrato.

4.6. Demais obrigações decorrentes previstas na Ata de Registro de Preços nº

II – Do CONTRATANTE:

4.7. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na execução durante o fornecimento, fixando, quando não pactuado neste contrato, prazo para correção.

4.8. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.

4.9. Na hipótese de ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, o **CONTRATANTE** reterá do pagamento devido à **CONTRATADA** o valor correspondente ao atribuído à ação, o qual será depositado em conta separada até a solução final do litígio.

4.10. Outras obrigações decorrentes previstas na Ata de Registro de Preços nº....

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor total do presente contrato é de R\$____,___ (por extenso), que serão pagos à **CONTRATADA**, após a devida comprovação da entrega dos itens nas condições exigidas:

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL R\$ _____,___ (por extenso).						

5.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo órgão requisitante, após a devida comprovação da entrega.

5.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, ficando isento o **CONTRATANTE** de arcar com quaisquer ônus.

5.4. Se o objeto não for entregue conforme condições deste contrato e da Ata de Registro de Preços nº, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços.

5.6. A nota fiscal deverá ser em formato eletrônico e encaminhada ao **CONTRATANTE**, contendo o número da autorização de fornecimento e o número do contrato a que se referem, bem como os dados bancários para depósito do pagamento desta, acompanhada da cópia da respectiva autorização de fornecimento.

5.7. A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, juntamente com as notas fiscais certidões para fins de comprovação de regularidade fiscais junto às fazendas Federal, Estadual, Trabalhista, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

6.1. O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, por prazo inferior a 12 (doze) meses, da apresentação da proposta, em atendimento ao disposto na legislação federal em vigor, sendo utilizado para estes fins o menor índice em vigor, e ressalvado que a qualquer tempo será cabível o reequilíbrio econômico financeiro, desde que se comprove que foi afetada a parte financeira do contrato, bem como as previsões iniciais da

CONTRATADA quanto aos seus encargos econômicos e lucros normais do empreendimento.

a. O pedido deverá ser protocolado, com todas as documentações expressas na alínea “b” desta cláusula, via sistema de protocolo disponível no Portal do Cidadão no endereço eletrônico: <http://portalcidadao.lagoasanta.mg.gov.br>;

b. Para análise e julgamento pelo setor técnico competente, o pedido deverá ser instruído obrigatoriamente de planilha com variações e a documentação comprobatória da solicitação, que demonstre claramente a variação verificada entre a situação original e a atual, mantendo no reequilíbrio o desconto concedido pela **CONTRATADA** sobre valor prévio que consta no processo licitatório, inclusive declinando os valores pretendidos;

c. Mesmo após abertura do processo do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, a empresa contratada fica OBRIGADA a executar os serviços solicitados mediante autorização de fornecimento pelo **CONTRATANTE**, no mesmo valor registrado, até a conclusão final do processo, qual seja assinatura de termo bilateral de aditamento de acordo com as legislações pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As dotações orçamentárias para o exercício de 2023, destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo pela área competente do **CONTRATANTE**, sob as seguintes rubricas:

Ficha	Dotação
349	02.04.05.15.451.0028.1013.3.3.90.39.00

7.2. As partes das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2023 correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. Este contrato estará vigente a partir de sua assinatura até último dia do exercício financeiro, ou seja ___/___/20___, podendo ser rescindido antes deste prazo por conveniência e oportunidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2. As alterações contratuais pactuadas pelas partes, necessárias à adequação do presente contrato aos fins públicos almejados pelo **CONTRATANTE** serão formalizadas por meio de termo aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1. Por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

9.3. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o descumprimento total ou parcial dos contratos administrativos celebrados com o Município de Lagoa Santa, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I - Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

II - Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou retirar a autorização de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lagoa Santa, por prazo definido no art. 25, do Decreto Municipal nº2.260, de 13 de fevereiro de 2012.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o Município de Lagoa Santa pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto no inciso II, do art. 32, do Decreto Municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012.

§ 1º O valor da multa aplicada nos termos do inciso II, desta cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, caso os valores não sejam suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da aplicação ou cobrado judicialmente.

§ 2º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV, desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a cargo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Lagoa Santa/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que surtam um só efeito.

Lagoa Santa, ____ de _____ de 20__.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXX XXXXXXXX
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Representante Legal da CONTRATADA
Cargo e CPF

Testemunhas: _____
CPF: 000.000.000-00

CPF: 000.000.000-00

ANEXO VII
DECLARAÇÃO CONTA BANCÁRIA

A empresa xxxx inscrita no CNPJ sob o nº xxxxx com sede xxxxxx, neste ato representada por xxxxx declara seus dados bancários para fins de pagamento via Sistema de Pagamento Eletrônico de Empenhos - OBN, e se compromete a manter os mesmos atualizados, independente de solicitação.

BANCO/NOME:
CONTA BANCÁRIA:

AGÊNCIA N°:

BANCO N°:
NOMES E CARGOS/ REPRESENTANTES DA EMPRESA:

_____, ____ de _____ de 20__.

(Local e data)

Representante legal

Orientações:

Utilizar papel timbrado.
Utilizar carimbo da empresa
Anexar documento de identificação do representante que assinou a declaração
Caso seja procurador, anexar à procuração